

## Trajectoria de uma trabalhadora humanitária no Oriente Médio e África

### *The journey of a humanitarian aid worker in the Middle East and Africa*

NATHALIA BEZERRA QUINTILIANO UNGIEROWICZ<sup>1</sup>

**Resumo:** Nathalia conta sua história pessoal sobre como deixou sua carreira como especialista em comércio e logística internacional no ramo industrial para se tornar uma representante das Na es Unidas em resposta às maiores crises humanitárias no Oriente Médio da atualidade. Neste artigo, ela fala de sua trajetória profissional, a influência de sua família nesta decisão, e o que vem aprendendo e observando desde que saiu do Rio de Janeiro para morar na fronteira da Síria, em 2014. Nathalia também dá dicas para aqueles que sonham em seguir a mesma profissão.

**Palavras-chave:** ONU; Trabalho Humanit rio; Oriente Médio; S ria.

**Abstract:** Nathalia shares her personal story of how she left a job in international trade and logistics to become a UN officer responding to the biggest humanitarian crisis in the Middle East. In this paper, she shares her professional journey, discusses the influence of her family, and describes what she has learned and observed since leaving Rio de Janeiro in 2014 to live at the Syrian border. Nathalia also gives some advice to those who dream of following the same career path.

**Keywords:** UN; Humanitarian Work; Middle East; Syria.

Recebido em:  
23 de Maio de 2018

Received on:  
May 23, 2018

DOI:10.12957/rmi.2017.34491

---

<sup>1</sup>Oficial das Na es Unidas e atualmente trabalha para o mecanismo de monitoramento do embargo de armas imposto ao Iêmen. Atua também como ponto focal para a Força-tarefa para a Preven o de Abuso e Assédio Sexual no Djibouti. **E-mail:** [nathaliaquin@gmail.com](mailto:nathaliaquin@gmail.com)

Como de costume, saímos pela manhã da costa do Djibouti, pequeno país no Leste da África, em direção às águas internacionais para abordarmos um navio de carga que solicitou a nossa autorização para atracar em um porto do Iêmen controlado por um grupo rebelde de oposição desde 2015. O mar estava agitado, alguns colegas não se sentiam muito bem, e o pequeno barco onde estávamos tinha apenas um motor em funcionamento. O tamanho das ondas era desconfortável o suficiente para mim, que não sou da marinha, mas após consultar os profissionais do nosso time fui informada de que era seguro prosseguir.

Após algumas horas de desconforto, finalmente conseguimos fazer contato com o navio, e pedimos para que preparassem a escada de corda para que pudéssemos subir. A força das ondas deixava o nosso barco em movimento constante. Com o equipamento de segurança ajustado, seguro a escada de corda e dou o primeiro impulso para os cinco metros que precisávamos subir. Queria subir rápido pois as ondas faziam com que o nosso barco perdesse altura rapidamente. Quando olho para o alto, noto que uma grande parte da tripulação veio nos receber, e noto também que todos têm seus rostos cobertos. Pergunto ao oficial o que estava acontecendo. Meu pensamento imediato foi de que o navio havia sido

sequestrado por piratas, mas a tripulação apenas se protegia do intenso calor da região. Passado o susto, explico ao capitão o objetivo da nossa missão e a razão da nossa visita. Seguindo o protocolo de segurança, peço o plano de emergência caso o navio seja abordado por piratas.

A tripulação, muitas vezes, fica tensa por estar ali, mas os navios que abastecem hoje o Iêmen têm um papel importante no que tange o alívio do sofrimento de civis. Desses dois anos trabalhando aqui, encontrei outras mulheres apenas duas vezes. No geral, existe uma certa surpresa quando a tripulação me vê chegar. Sempre fui bem tratada e respeitada, mas entendo que a situação não é comum. Ao acompanhar o grupo de inspetores no convés do navio, o oficial me pergunta de onde eu sou. Abro um sorriso e respondo que sou brasileira. Após uma curta pausa e um olhar de curiosidade, ele me faz uma pergunta que já estou acostumada a escutar: “Senhora, com todo o respeito, como você veio parar aqui?”

### *A Crise Humanitária do Iêmen*

O Bal Al-Mandeb, ou Portão das Lágrimas, é um estreito que liga o Oceano Índico ao Mar Mediterrâneo, passando pelo Mar Vermelho e o Canal de Suez. Com apenas três quilômetros de largura e localizado entre o Iêmen, na

península arábica, o Djibouti e a Eritréa, no continente africano, é um ponto estratégico no comércio de petróleo global: mais de 3,5 milhões de barris navegam por ali diariamente. Além disso, o estreito é também um local estratégico militarmente, uma vez que grande parte dos países nas proximidades estão em guerra civil, ou sob sanções.

A rota é conhecida por seus perigos devido à forte presença do crime organizado. Tráfico de armas e de pessoas, ataques terroristas e pirataria dividem a pequena rota com as operações militares dos mais de 20 países que participam das forças-tarefas que atuam na região. Apesar de não ser da marinha, esse tem sido o meu local de trabalho nos últimos dois anos.

Com a escalada do conflito civil do Iêmen em 2015, a situação do país que já era o mais pobre do Oriente Médio se deteriorou. A crise do Iêmen já é considerada a maior tragédia humanitária desde a Segunda Guerra Mundial. Estima-se que 22,2 milhões de pessoas necessitem de ajuda humanitária, o que representa 80% da população, e 11,25 milhões necessitam de ajuda imediata. Segundo dados do Programa Alimentar Mundial, 8,4 milhões estão em um estado severo de desnutrição.

Uma das ações tomadas pela ONU em resposta à crise foi a criação de um mecanismo para facilitar o fluxo de

carga comercial para o Iêmen. O setor humanitário não é capaz de atender sozinho às necessidades da população, uma vez que 90% da comida consumida no país é importada. Por isso, com o objetivo de fazer com que a população civil tenha acesso a itens básicos de sobrevivência, e ao mesmo tempo garantir o cumprimento do embargo de armas e munições imposto ao país, a nossa missão foi criada em 2016.

### ***Meu Caminho até a ONU: como trabalhar no setor humanitário***

É comum as pessoas quererem saber como sai do Rio de Janeiro para me tornar uma residente da República do Djibouti. Outras simplesmente não entendem por que alguém faria isso por vontade própria, mas além daqueles a quem a natureza do trabalho desperta certa curiosidade ou mesmo estranheza, muitos estudantes, ou mesmo profissionais com carreiras estabelecidas que sonham em trabalhar para a ONU vêm me fazendo essa pergunta. No final do ano passado, fiquei um bom tempo explicando para um oficial da imigração do Reino Unido onde ele encontraria vagas com o perfil dele.

Geralmente, as pessoas me pedem uma espécie de passo-a-passo, ou dicas, para entrar na Organização das Nações Unidas: Que cursos fazer, qual faculdade é a melhor ou quantas línguas é necessário falar. A essas pessoas eu aconselho fazer o seguinte: pare de

pensar em como entrar para ONU por um momento, e pense em por que você quer seguir este trabalho. A área humanitária e de ajuda ao desenvolvimento é peculiar, principalmente para quem trabalha no terreno. É uma daquelas carreiras que vai moldar o seu estilo de vida, sua percepção do mundo e seu círculo de amizades. Trabalhar próximo, ou em uma zona de conflito, assim como chegar em um local devastado pela guerra, fome ou desastres naturais, é uma experiência transformadora, e nem sempre para melhor. Acredito que todos têm seus momentos de dor ao se depararem com o que a humanidade tem de pior para nos mostrar, e também de imensa frustração ao se dar conta das muitas limitações do nosso setor. Mas a forma com a qual você vai processar essa realidade vai depender muito do que trouxe você para este caminho em primeiro lugar.

A visão romantizada que coloca os trabalhadores humanitários em uma espécie martírio é, na minha opinião, um desserviço à carreira humanitária e de desenvolvimento. A ideia de que somente um ser completamente altruísta consegue fazer esse trabalho acaba distanciando as pessoas do que é realmente ser um trabalhador humanitário ou de ajuda ao desenvolvimento, que na minha visão é: uma pessoa que utiliza as suas qualidades profissionais para servir aos

que precisam de assistência humanitária imediata.

Tento frisar sempre a parte profissional porque as pessoas que seguem essa carreira são profissionais do setor. Não é caridade, não é favor, é simplesmente uma profissão que, assim como qualquer outra, exige dedicação, estudo, prática e profissionalismo. Sem isso, o mais bem-intencionado pode acabar atrapalhando mais do que ajudando. O humanitário é o médico, a engenheira, a técnica de TI, ou o profissional de RH que usa suas habilidades para aliviar o sofrimento de pessoas que passaram por desastres naturais como terremoto e furacões, ou desastres humanos como guerras e perseguições. São pessoas normais, que não receberam um chamado divino, mas que tentam fazer um trabalho que beneficie uma comunidade. Para muitos que já têm essa mentalidade e agem em pequena escala, esse processo se torna quase natural.

Fui criada em uma família que sempre discutiu política e história fervorosamente em casa. Quando eu digo fervorosamente, me refiro a ter de ir embora mais cedo da ceia natalina porque meu tio e meu pai tinham opiniões divergentes sobre as guerras napoleônicas, ou sobre quando, de fato, acabou o Império Otomano. Talvez por sempre contarem essas histórias de forma apaixonada, ou talvez seja mesmo a genética, eu acabei fascinada por esses

assuntos. Somado a isso, na figura matriarcal da minha avó, vi a importância da participação política enquanto ela contava suas histórias de quando militava contra a ditadura, participava dos movimentos estudantis e despistava os militares enquanto panfletava pelas ruas.

A política marcou a vida da minha família profundamente quando tirou a vida do meu tio, Tulio Quintiliano, logo após o golpe de Pinochet, em 1973. Tulio, que já havia sido preso e torturado pela ditadura no Brasil, faz parte da longa e vergonhosa lista de desaparecidos políticos dos regimes militares da América Latina.

Acho que por isso, desde adolescente, eu dizia que queria trabalhar com conflitos internacionais. Quando eu era adolescente, trabalhar para as Nações Unidas era uma vontade da qual eu falava abertamente, e que certamente me incentivou a escolher o curso de Relações Internacionais quando entrei para a faculdade. Na época, eu não entendia exatamente o que um profissional da ONU fazia, mas acho que o que eu realmente queria dizer com isso era: primeiro, eu queria observar os processos políticos do Brasil e de outros países e, se tivesse sorte, ter a oportunidade de participar e causar um impacto positivo na vida dessas comunidades. Segundo, eu buscava um estilo de vida que abrisse os meus horizontes e me permitisse sair da

minha zona de conforto e ver aquilo que seria impossível, ou ao menos improvável, caso tivesse uma profissão mais comum.

A ONU parecia o caminho mais lógico para alcançar o que eu planejava. Porém, quando comecei a buscar um estágio nessa área, notei que não seria nada fácil. Percebi que os requerimentos eram altos e pouco compatíveis com a minha realidade, ou a realidade do Brasil. Lembro de uma oportunidade de estágio que se resumia a algo mais ou menos assim: Estar ao menos matriculado em um mestrado, falar inglês e francês fluentemente, ter as condições de se manter por seis meses em Genebra. O estágio não era remunerado. Eu ainda estava no quarto período da faculdade, queria começar a estagiar, e de preferência receber algo por isso.

Resolvi então aceitar uma vaga na área de importação de medicamentos em uma empresa de logística internacional. Acabei me interessando pelo setor e, com o tempo, comecei a trabalhar em projetos maiores, mas aquela vontade de trabalhar com conflitos nunca foi embora. Eu fazia cursos, lia, estudava, mas não conseguia entender como eu, que trabalhava como analista de comércio exterior voltada para a construção de estaleiros e plataformas de petróleo, conseguiria usar esse conhecimento em um local de guerra. Como eu agregaria valor?

Em 2013, eu estava trabalhando na Asap Ronic, empresa de comércio exterior contratada para implementar um mecanismo que acompanhasse os processos de importação da OSX Construção Naval. Parte do grupo EBX, de Eike Batista, o estaleiro fazia parte do Complexo Industrial do Superporto do Açú. Eu me mudei para São Joao da Barra, interior do estado do Rio de Janeiro, para gerenciar o mecanismo a que chamávamos de Torre de Controle. O projeto era enorme, eram 3,2 milhões de m<sup>2</sup>, e a logística para transportar todo aquele material para o interior do Rio era complexa. Era necessário fazer negociações com o governo, e com diversos parceiros, para que esses materiais pudessem chegar ao destino final.

Foi aí que me ocorreu que essa experiência que eu havia acumulado em materiais de grande porte, e anteriormente em medicamentos, vacinas e produtos mais frágeis, poderia ser de grande ajuda durante um conflito ou um desastre natural. Afinal, como fazer essas operações quando o governo está em colapso? Ou as estradas são tão perigosas que se tornam impossíveis de cruzar? Quando a OSX começou a ruir e eu voltei para o Rio de Janeiro, eu tinha uma visão mais clara do que eu queria fazer, e restava saber como eu poderia chegar lá.

Comecei a procurar por cursos que tivessem um foco em desenvolvimento

e trabalho humanitário para me aprofundar mais na parte teórica, já que eu possuía experiência na parte prática. Passei a frequentar um curso aos sábados sobre gerenciamento de projetos sociais, e logo depois fiz a matrícula para uma pós-graduação em Desenvolvimento Internacional. Ao mesmo tempo, procurei saber mais sobre outras ONG, think-tanks e outras organizações sem fins lucrativos. Encontrei diversos sites como o UN Jobs, ReliefWeb, Impactpool, Inspira e o UNV, Programa de Voluntários das Nações Unidas, que, apesar do nome, oferece bolsa-auxílio para o voluntário se manter confortavelmente. O programa é excelente para pessoas que já possuem alguma experiência na função, mas não tem muita experiência na área humanitária. Apesar de não haver garantias de que o voluntário conseguirá entrar para a ONU, o fato de ser remunerado e ter benefícios o torna competitivo, e acaba abrindo portas para os que realmente querem seguir esta carreira.

Em 2014, logo após um jornalista americano ser publicamente decapitado pelo Estado Islâmico, recebi um email perguntando se eu tinha disponibilidade de viajar para a fronteira da Síria para facilitar o envio de ajuda humanitária para as áreas controladas pelas forças da oposição. Eu não conseguia acreditar. Ao terminar de ler a mensagem, lembro de imediatamente me dirigir à sala do meu chefe, abrir a porta e repetir

exatamente o que recebi: “Então, talvez eu tenha que passar alguns meses na fronteira da Síria facilitando a entrega de mantimentos para os territórios controlados pela oposição ao governo do Assad”. Ele me ofereceu um café. Quinze dias depois, eu estava em um comboio da ONU que saía de Gaziantep, na Turquia, em direção à fronteira da Síria.

Quando cheguei à fronteira esperava uma situação mais caótica do que a que encontrei. Não porque as coisas não estavam ruins, mas a guerra já era uma realidade para as pessoas e parecia que nada mais poderia choca-los. Bombardeios, explosões e o frio eram parte da vida e da realidade. A fila de crianças, as vezes desacompanhadas, idosos e mulheres que esperavam chegar à Turquia aumentava conforme o desenrolar do conflito, até o momento em que não havia mais ninguém, não pela falta de demanda, mas porque a fronteira havia sido fechada para a passagem de pessoas. Restava apenas imaginar o que se passava do outro lado, e se o que conseguíamos escutar da fronteira fosse qualquer coisa parecida com a realidade, a situação não ia nada bem.

Eu sempre acompanhava a guerra da Síria e a crise de refugiados pelos jornais: mas somente quando cheguei lá pude sentir a diferença: a guerra que duas semanas atrás estava tão longe de mim, que era apenas uma notícia,

(revoltante, mas ainda assim uma notícia) agora era uma realidade que impactava diretamente o meu dia-a-dia. Com o tempo, comecei a conhecer algumas dessas pessoas e suas histórias, e aos poucos as estatísticas iam ganhando rostos, e as narrativas midiáticas deixaram de fazer sentido. O foco da mídia na questão financeira e no controle das fronteiras oferece uma perspectiva limitada sobre um fenômeno complexo e multifacetado, relacionando a figura do refugiado à ilegalidade, criminalidade, ou reduzindo-o a uma vítima das circunstâncias completamente dependente de suporte externo. Na minha experiência, essa narrativa não define essas famílias.

Aqueles que chegam a um novo país com a difícil tarefa de se adaptar a uma nova realidade podem se deparar com uma dinâmica de poder que os transformam em vítimas sofredoras, dependentes das motivações humanitárias daqueles que as recebem. Essa narrativa reduz o indivíduo à uma simples parte de uma população desprovida de participação política, voz, ou razões pessoais para o exílio. Mas apesar das incontáveis adversidades, muitos refugiados não se reclusam na passividade: criam comunidades e redes para assistir aos que estão chegando, e se tornam membros que querem negociar ativamente essa nova posição na também nova sociedade. Seja se tornando líderes comunitários, empreendedores, artistas, ou

simplesmente membros produtivos da sociedade providos de recurso humano, os refugiados lutam contra esse rótulo imposto, e usam suas experiências e percepções próprias para superá-lo.

De forma alguma eu pretendo neste texto reduzir o sofrimento dessas pessoas, e nem minimizar a urgência de ajudá-los. Mas eu entendo que muitos de nós, em algum momento da vida, precisamos de ajuda para lidar com perdas. Independente da situação, seja perdas pessoais ou financeiras, precisar de ajuda não nos tira a dignidade e nem o discernimento, muito pelo contrário. Refugiados trazem histórias que muitas vezes são difíceis de serem ouvidas, quase impensáveis de serem vividas. Ao saírem de suas casas em direção ao inesperado e aos riscos, nos passam uma lição de como sobreviver às incertezas da nossa existência. Se eu tenho alguma fé, ela reside na capacidade do ser humano de não apenas se reconstruir, mas de sair de situações impensáveis ainda mais fortalecidos do que antes. Poder ser testemunha ocular desse fenômeno é, para mim, a maior recompensa desse trabalho.

Além da situação dos refugiados, as ameaças da guerra também se tornam mais reais para o trabalhador humanitário. Um dos pontos onde trabalhávamos ficava a 8 quilômetros de A'zaz, cidade atacada pelo Estado Islâmico em 2015. Pouco tempo depois, a própria fronteira foi atacada e os

envios da ONU para aquela área foram temporariamente suspensos. Mais tarde, tivemos que fazer o mesmo em outro ponto da fronteira quando a Al-Nusra, na época braço da Al-Qaeda na Síria, atacou a cidade. Uma vez, um morteiro cruzou a fronteira e caiu próximo ao espaço onde trabalhávamos. Por sorte, foi de manhã bem cedo e ainda não havíamos chegado. Além disso, militantes que queriam se juntar ao Estado Islâmico se dirigiam às cidades da região para cruzarem a fronteira ilegalmente. Isso porque células de diversos grupos insurgentes criavam ali suas bases para coordenar a logística de pessoas, armas, inteligência e materiais para as batalhas na Síria.

Simultaneamente, a situação entre o governo da Turquia e o Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK) ficou ainda mais abalada quando os Curdos acusaram o governo turco de auxiliar o Estado Islâmico na batalha por Kobane, província ao norte da Síria que faz fronteira com a Turquia, controlada pelo (YPG) desde 2012. Em 2014 durante a batalha a fuligem das explosões eram trazidas pelo vento, invadindo a fronteira e formando um ar pesado e acinzentado. Na ocasião, mais de 300 mil pessoas fugiram para a Turquia. Com a escalada das tensões entre o Estado Islâmico, os Curdos e a Turquia, as cidades das fronteiras viraram palco de diversos atentados, sequestros e assassinatos, contribuindo para a instabilidade da região.

Apesar das tensões, eu sempre me senti segura nas missões. Sempre respeitávamos as regras de segurança para as nossas missões e vida pessoal. Medidas especiais precisavam ser tomadas ocasionalmente, mas no geral não tínhamos a nossa mobilidade restrita dentro da Turquia, e nem podíamos passar a noite na Síria. Pela natureza do nosso trabalho, isso seria extremamente perigoso. Porém, essa não é a situação de diversos trabalhadores humanitários que, dependendo de suas especialidades, precisam ficar em plena zona de guerra.

Em 2015 comecei a trabalhar com a ONG Médicos sem Fronteiras (MSF), como Gerente de Suprimentos para o norte da Síria, Turquia e Líbano. Baseada em Beirute e com viagens regulares, era responsável por toda a cadeia de suprimentos para a construção e abastecimento de hospitais e clínicas de primeiros-socorros em campos de refugiados e de deslocados internos desses países. Com uma equipe de profissionais apaixonados pelo que fazem, MSF operava clínicas de saúde dentro da Síria, apesar de todas as restrições e perigos. Devido aos bombardeios, algumas clínicas subterrâneas precisaram ser construídas. MSF tenta atuar em áreas onde a população está cercada e privada de atendimento médico e itens básicos. Em alguns casos consegue evacuar pessoas em estado grave para tratamento em uma de suas clínicas. MSF vem

denunciando ataques à instalações médicas em zonas de guerra, algo que – caso feito deliberadamente – constitui crime de guerra.

Muitos me perguntam como é, para uma brasileira, morar em países de maioria muçulmana. Eu sinto muita pena do pouco contato que o Brasil mantém com esse lado do mundo. Claro que existem diferenças, mas há muitas semelhanças também, em coisas boas e ruins. No geral, nunca tive problemas. O trabalho humanitário proporciona um estilo de vida particular com tantas mudanças em pouco tempo para países não muito convencionais, além, claro, das experiências interessantes em tantos locais diferentes. Tenho um carinho enorme pelas pessoas que conheci nessa jornada, em que realmente criamos laços com pessoas do mundo inteiro. No entanto, vem sempre a hora de se despedir. A falta de raízes que a profissão requer pode ser problemática para algumas pessoas. Hoje minha vida é mais estável, mas ainda assim pode ser difícil fazer planos a longo prazo.

Outra pergunta frequente é com relação à família e filhos. Por mais estranho que pareça, sim, é possível ter uma família e se manter na profissão. Conheço mulheres que fazem esse trabalho com marido, filhos e animais de estimação. Essas crianças geralmente tem uma visão de mundo distinta, acabam aprendendo muitas línguas e tem uma educação diversificada. O limite somos

nós quem definimos, por isso é importante reconhecer quando o projeto está exigindo mais do que você pode oferecer. Não é incomum humanitários trabalharem muito em situações de extremo estresse. É essencial saber dizer não.

Desde o início da minha carreira humanitária, já me deparei com diversos casos que há quatro anos seriam muito improváveis: desde a proximidade com bombardeios até casos de mutilação genital feminina, crianças chegando desacompanhadas nas fronteiras, ou pessoas em situação análoga à escravidão. Apesar dos desafios, eu tenho muito amor por esse trabalho. Tenho sorte de trabalhar com o que acredito, e sinto que me dá uma visão mais realista do mundo, incluindo a dura constatação de que, como ser humano, eu sou impotente e não posso resolver tudo. Assim como as pessoas atingidas pelo sofrimento que tentamos amenizar, nós também precisamos criar resiliência e processar nossas limitações. Afinal, a melhor lição que se

pode tirar desta experiência de ver pessoas lutando diariamente por algo que consideramos garantido, é aprender a ser humano.

### *Dicas:*

Outra Organização Internacional que vem buscando aumentar o número de brasileiros em seu quadro de funcionários é o Comitê Internacional da Cruz Vermelha (em inglês, ICRC). Com sua tradição em ajuda humanitária e direitos humanos, o Comitê é um ator forte e respeitado do setor humanitário. O Norwegian Refugee Council (NRC) também oferece vagas para quem já tem experiência no setor.

Para quem não tem experiência, além dos sites citados no texto, a ONU lança anualmente o Young Professional Programme para jovens de até 32 anos. O YPP é um exame no qual os candidatos aprovados entram para um banco de dados, e podem aplicar para vagas profissionais de nível inicial (P1, P2). O Brasil vem participando anualmente do programa.